

Demonstrações contábeis

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A.- EATE

31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010
com Relatório dos Auditores Independentes

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis	1
Demonstrações contábeis auditadas	
Balanços patrimoniais.....	3
Demonstrações do resultado	4
Demonstrações do resultado abrangente	5
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	6
Demonstrações dos fluxos de caixa	7
Notas explicativas às demonstrações contábeis.....	8

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.



Opinião sobre as demonstrações contábeis individuais

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. – EATE em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações contábeis consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. – EATE em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 2.1, as demonstrações contábeis individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. – EATE essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações contábeis separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

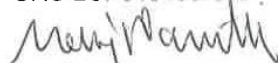
Outros assuntos

Reapresentação das demonstrações contábeis

Em 18 de maio de 2012, emitimos originalmente nosso relatório de auditoria sem modificações sobre as demonstrações contábeis da Companhia relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010. Conforme descrito na nota explicativa 2.5, subsequentemente, a Companhia identificou a necessidade de reclassificar e alterar determinados itens, de modo que as demonstrações contábeis da Companhia relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 estão sendo reapresentadas para refletir o efeito das referidas reclassificações e alterações. A presente opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

São Paulo, 21 de fevereiro de 2013.

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6



Luiz Carlos Passetti
Contador CRC – 1SP144343/O-3

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE

Balancos patrimoniais
31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010
(Em milhares de reais)

	Controladora			Consolidado			
	31/12/12	31/12/11 (Reapre - sentado)	31/12/10 (Reapre - sentado)	31/12/12	31/12/11 (Reapre - sentado)	31/12/10 (Reapre - sentado)	
Ativo							
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	5	131	201	146	1.498	2.805	1.383
Investimentos de curto prazo	6	23.078	5.700	4.409	25.594	13.883	10.122
Títulos e valores mobiliários	7	-	-	22.179	12.650	20.957	29.674
Contas a receber ativo financeiro	8	358.451	332.361	310.105	457.474	418.587	383.548
Impostos a recuperar	9	622	10.594	1.344	8.230	18.453	9.684
Estoques		5.779	5.510	4.966	8.644	7.517	7.345
Dividendos a receber		14.522	15.658	14.022	-	-	-
Adiantamento a fornecedores		1.415	966	1.160	9.302	13.089	15.118
Outras contas a receber		7.627	6.772	6.164	10.951	7.783	7.017
		<u>411.625</u>	<u>377.762</u>	<u>364.495</u>	<u>534.343</u>	<u>503.074</u>	<u>463.891</u>
Não circulante							
Partes relacionadas		-	-	9.980	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	7	15.452	14.297	10.032	15.452	14.297	10.032
Contas a receber ativo financeiro	8	625.155	645.320	654.677	1.349.901	1.357.398	1.303.878
Outros ativos		5.446	2.565	1.456	10.117	6.207	3.420
Investimentos	10	405.784	280.369	221.407	-	-	-
Imobilizado		454	364	405	744	457	493
Intangíveis	11	16.623	16.916	17.808	16.808	17.012	17.936
		<u>1.068.914</u>	<u>959.831</u>	<u>915.765</u>	<u>1.393.022</u>	<u>1.395.371</u>	<u>1.335.759</u>
Total do ativo		<u>1.480.539</u>	<u>1.337.593</u>	<u>1.280.260</u>	<u>1.927.365</u>	<u>1.898.445</u>	<u>1.799.650</u>
Passivo							
Circulante							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	12	88.513	79.606	60.324	102.810	108.968	89.304
Fornecedores		359	302	1.150	18.473	24.463	7.447
Tributos e contribuições sociais a recolher	13	26.165	29.141	22.001	30.512	36.085	27.009
Dividendos a pagar		-	9.461	67.989	3.631	14.611	72.730
Provisão para compensação ambiental	14	7.175	6.655	6.331	7.205	7.147	6.823
Taxas regulamentares	15	10.306	8.406	7.401	12.975	10.500	8.609
Outras contas a pagar		9.157	3.881	3.443	17.320	9.677	9.350
		<u>141.675</u>	<u>137.452</u>	<u>168.639</u>	<u>192.926</u>	<u>211.451</u>	<u>221.272</u>
Não circulante							
Empréstimos, financiamentos e debêntures	12	318.514	254.598	236.273	460.759	536.330	534.034
Adiantamento de clientes		6.186	8.446	906	7.631	10.360	1.023
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	143.382	136.461	127.324	180.113	163.599	145.811
Adiantamento para futuro aumento de capital		-	-	-	-	-	10.535
Outros passivos		6.841	5.115	2.650	6.903	5.176	2.650
		<u>474.923</u>	<u>404.620</u>	<u>367.153</u>	<u>655.406</u>	<u>715.465</u>	<u>694.053</u>
Patrimônio líquido							
Capital social		386.837	355.697	323.579	386.837	355.697	323.579
Reservas de Capital		3.695	2.560	2.560	3.695	2.560	2.560
Reservas de lucro		443.739	386.702	418.329	443.739	386.702	418.329
Proposta de distrib. de dividendos adicionais		29.670	50.562	-	29.670	50.562	-
		<u>863.941</u>	<u>795.521</u>	<u>744.468</u>	<u>863.941</u>	<u>795.521</u>	<u>744.468</u>
Participação de não controladores		-	-	-	215.092	176.008	139.857
Total do patrimônio líquido	17	<u>863.941</u>	<u>795.521</u>	<u>744.468</u>	<u>1.079.033</u>	<u>971.529</u>	<u>884.325</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>1.480.539</u>	<u>1.337.593</u>	<u>1.280.260</u>	<u>1.927.365</u>	<u>1.898.445</u>	<u>1.799.650</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
		31/12/12	31/12/11 (Reapre - sentado)	31/12/12	31/12/11 (Reapre - sentado)
Receita operacional líquida	19	296.741	278.663	399.774	428.507
Custo operacional					
Pessoal		(5.749)	(5.142)	(10.480)	(9.776)
Material e serviços de terceiros		(10.408)	(12.093)	(16.068)	(15.668)
Taxa de fiscalização do serviço de energia elétrica		(1.561)	(1.460)	(1.988)	(1.832)
Custo de desenvolvimento de infraestrutura		-	-	(5.145)	(62.501)
Outras		(440)	(2.268)	(929)	(2.644)
		<u>(18.158)</u>	<u>(20.963)</u>	<u>(34.610)</u>	<u>(92.421)</u>
Lucro bruto		278.583	257.700	365.164	336.086
Despesas operacionais					
Administrativas e gerais		(4.172)	(4.303)	(5.218)	(5.331)
Pessoal e administradores		(4.188)	(3.692)	(4.593)	(4.052)
Depreciação e amortização		(886)	(1.256)	(901)	(1.352)
		<u>(9.246)</u>	<u>(9.251)</u>	<u>(10.712)</u>	<u>(10.735)</u>
Resultado de Equivalência Patrimonial	10	34.504	26.283	-	-
Lucro antes das despesas e receitas financeiras		303.841	274.732	354.452	325.351
Despesas financeiras	20	(35.397)	(44.461)	(61.813)	(73.577)
Receitas financeiras	20	2.717	5.750	5.139	8.000
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda		271.161	236.021	297.778	259.774
Imposto de renda e contribuição social correntes	21	(24.574)	(26.110)	(26.475)	(28.928)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	(6.920)	(9.137)	(16.514)	(17.786)
		<u>(31.494)</u>	<u>(35.247)</u>	<u>(42.989)</u>	<u>(46.714)</u>
Lucro antes da participação de não controladores		239.667	200.774	254.789	213.060
Participação de não controladores		-	-	(15.122)	(12.286)
Lucro líquido do exercício		239.667	200.774	239.667	200.774
Resultado por ação básico e diluído - R\$		1,33	1,12		
Quantidade de ações ao final do exercício (Lote de mil)		180.000	180.000		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Lucro líquido do exercício	239.667	200.774	239.667	200.774
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	239.667	200.774	239.667	200.774

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

	Reservas de lucros					Proposta de Distrib. de dividendos adicionais	Lucros acumulados	Participação de não controladores	Outros resultados abrangentes	Total
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Incentivos fiscais	Reserva de retenção de lucros					
Saldos em 31 de dezembro de 2009	298.202	2.560	30.862	25.377	239.451	-	-	102.810	-	699.262
Aumento/Redução de capital	25.377	-	-	(25.377)	-	-	-	-	-	-
Variação na participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	26.709	-	26.709
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	186.827	10.338	-	197.165
Destinação proposta à AGO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	9.861	-	-	-	(9.861)	-	-	-
Incentivo fiscal	-	-	-	32.118	-	-	(32.118)	-	-	-
Dividendos declarados	-	-	-	-	-	-	(38.811)	-	-	(38.811)
Reserva de lucro do exercício	-	-	-	-	106.037	-	(106.037)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010	323.579	2.560	40.723	32.118	345.488	-	-	139.857	-	884.325
Aumento/Redução de capital	32.118	-	-	(32.118)	-	-	-	25.314	-	25.314
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	200.774	12.285	-	213.059
Destinação proposta à AGO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	10.216	-	-	-	(10.216)	-	-	-
Incentivo fiscal	-	-	-	31.140	-	-	(31.140)	-	-	-
Dividendos declarados	-	-	-	-	(76.689)	-	-	(705)	-	(77.394)
Dividendos intermediários	-	-	-	-	-	-	(48.255)	-	-	(48.255)
Juros sobre capital próprio declarados	-	-	-	-	-	-	(24.777)	(743)	-	(25.520)
Reserva de lucro do exercício	-	-	-	-	35.824	50.562	(86.386)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	355.697	2.560	50.939	31.140	304.623	50.562	-	176.008	-	971.529
(Reapresentado)										
Aumento/Redução de capital	31.140	-	-	(31.140)	-	-	-	25.200	-	25.200
Reserva de reinvestimento	-	1.135	-	-	-	-	-	-	-	1.135
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	239.667	15.122	-	254.789
Destinação proposta à AGO	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	11.983	-	-	-	(11.983)	-	-	-
Incentivo fiscal	-	-	-	33.980	-	-	(33.980)	-	-	-
Dividendos declarados	-	-	-	-	-	(50.562)	-	(1.238)	-	(51.800)
Dividendos intermediários	-	-	-	-	-	-	(96.411)	-	-	(96.411)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	-	(25.409)	-	-	(25.409)
Reserva de lucro do exercício	-	-	-	-	42.214	29.670	(71.884)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	386.837	3.695	62.922	33.980	346.837	29.670	-	215.092	-	1.079.033

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11 (Reapre - sentado)	31/12/12	31/12/11 (Reapre - sentado)
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes da contribuição social e imposto de renda	271.161	236.021	297.778	259.774
Itens que não afetam as disponibilidades				
Depreciação e amortização	886	1.256	901	1.352
Equivalência patrimonial	(34.504)	(26.283)	-	-
Juros e variação monetária sobre empréstimos	30.218	43.148	55.798	67.794
Receita de aplicações financeiras	(1.513)	(1.410)	(2.093)	(3.029)
Baixa de Ativos	25	1	25	6
	266.273	252.733	352.409	325.897
(Aumento) redução no ativo				
Títulos e valores mobiliários	-	22.179	6.541	8.352
Contas a receber ativo financeiro	(5.925)	(12.899)	(31.390)	(88.559)
Impostos a recuperar	9.972	(8.805)	10.223	(8.324)
Adiantamentos a fornecedores	(449)	194	3.787	2.029
Estoques	(269)	(544)	(1.127)	(172)
Devedores diversos	(4.891)	(5.984)	(6.469)	(7.978)
Partes relacionadas	-	9.980	-	(6.439)
Aumento (redução) no passivo				
Fornecedores	57	(848)	(5.990)	17.016
Tributos e contribuições sociais pagos	(27.550)	(19.261)	(32.049)	(20.698)
Provisão para compensação ambiental	520	324	58	324
Taxas Regulamentares	1.900	1.005	2.475	1.891
Credores diversos	8.138	2.905	10.506	2.850
Adiantamento de clientes	(2.260)	7.540	(2.729)	9.336
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	245.516	248.519	306.245	235.525
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Resgate de aplicações financeiras	317.320	582.769	368.684	646.171
Aplicações financeiras	(333.185)	(582.650)	(378.303)	(646.374)
Investimentos líquidos	(89.775)	(38.466)	-	-
Recebimento de dividendos e de juros sobre Capital Próprio	-	3.706	-	-
Aplicações no imobilizado	(180)	(26)	(382)	(40)
Aplicações no intangível	(528)	(298)	(626)	(358)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(106.348)	(34.965)	(10.627)	(601)
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Integralização de capital	-	-	25.200	21.217
Pagamentos de dividendos e juros sobre capital próprio	(181.843)	(207.958)	(184.599)	(208.884)
Empréstimos tomados e arrendamento mercantil	150.000	360.000	150.000	360.000
Amortização e pagamento de juros do financiamento	(107.395)	(365.541)	(287.527)	(405.834)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	(139.238)	(213.499)	(296.926)	(233.501)
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa	(70)	55	(1.308)	1.423
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	201	146	2.806	1.383
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	131	201	1.498	2.806
Aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa	(70)	55	(1.308)	1.423

As notas explicativas da são parte integrante das demonstrações contábeis.

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE

Notas explicativas às demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

1. Contexto operacional

A Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S/A. - EATE (a “Companhia” ou “EATE”) foi constituída como sociedade anônima de capital fechado, em 23 de março de 2001 e tem como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter a infraestrutura de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos, bem como participação em outras sociedades ou empreendimentos. Domiciliada no Brasil, sua sede social está localizada na Rua Tenente Negrão, 166 – 6º andar – Sala A - São Paulo – SP.

A Companhia possui o direito de explorar, direta ou indiretamente, os seguintes contratos de concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica:

Concessionária	Participação	Contrato de concessão				índice de correção
		Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP (*)	
EATE		042/2001	30	2031	319.748	IGPM
Lumitrans	80%	007/2004	30	2034	19.783	IGPM
STC	80%	006/2006	30	2036	31.869	IPCA
EBTE	51%	011/2008	30	2038	36.915	IPCA

(*) A RAP informada está conforme Resolução Homologatória nº 1.313/12.

A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo Poder Concedente e corrigida anualmente, para períodos definidos como ciclos, que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, através de Resoluções Homologatórias emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Os contratos de concessão da EATE, Lumitrans e STC dispõem que a partir do 16º ano de operação comercial a RAP será reduzida em 50% do valor vigente no 15º ano até o final do prazo de concessão. O contrato de concessão da EBTE dispõem RAP linear durante todo o prazo da concessão.

Os Contratos de Concessão estabelecem que a extinção das concessões determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida às transmissoras, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da Companhia infere que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se explicitada em nota explicativa específica.

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

2. Apresentação das demonstrações contábeis

A emissão destas demonstrações contábeis consolidadas da Companhia foi autorizada pela diretoria, em 21 de fevereiro de 2013.

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis da Companhia, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010 compreendem:

- a) as demonstrações contábeis consolidadas preparadas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*) emitidas *pela International Accounting Standards Board* - (IASB), e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como “Consolidado”.
- b) as demonstrações contábeis individuais da controladora preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, estão identificadas como “Controladora” ou “Individuais”.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem os Pronunciamentos, Interpretações e Orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que foram aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo CPC, pelo IASB, que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2012. As demonstrações contábeis foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo.

As demonstrações contábeis individuais apresentam a avaliação dos investimentos em controladas pelo método da equivalência patrimonial, de acordo com a legislação societária vigente. Desta forma, essas demonstrações contábeis individuais não são consideradas como estando conforme as IFRS, que exigem a avaliação desses investimentos nas demonstrações contábeis da controladora pelo seu valor justo ou pelo custo.

A Companhia optou por apresentar essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas em único conjunto, lado a lado.

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

2. Apresentação das demonstrações contábeis--Continuação

2.2. Base de preparação e apresentação

Todos os valores apresentados nestas demonstrações contábeis estão expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outro modo. Devido aos arredondamentos, os números ao longo deste documento podem não perfazer precisamente aos totais apresentados.

Os dados não financeiros incluídos nessas demonstrações contábeis, seguros e meio ambiente, não foram cobertas pelo escopo de trabalho de nossos auditores independentes.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4. Critérios de consolidação

As demonstrações contábeis consolidadas incluem a Companhia e suas controladas. São consideradas controladas quando a Companhia possui os seguintes fatores de forma combinada: (i) detém mais do que metade do poder de voto; (ii) governa as suas políticas financeiras e operacionais; e (iii) indica ou destitui a maioria dos membros da diretoria ou conselho de administração.

Entre os principais ajustes de consolidação estão às seguintes eliminações:

- Saldos das contas de ativos e passivos, bem como dos valores de receitas e despesas entre as empresas controladora e controladas, de forma que as demonstrações contábeis consolidadas representem saldos de contas a receber e a pagar efetivamente com terceiros.
- Participações no capital e lucro (prejuízo) do exercício das empresas controladas.

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

2. Apresentação das demonstrações contábeis--Continuação

2.4. Critérios de consolidação--Continuação

As seguintes controladas estão sendo incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas:

Razão Social	% de participação	
	2012	2011
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A – EBTE	50,9%	50,9%
Sistema de Transmissão Catarinense S.A – STC	80,0%	80,0%
Lumitrans Companhia de Transmissão de Energia Elétrica S.A	80,0%	80,0%

O exercício social das controladas incluídas na consolidação é coincidente com o da controladora, e as políticas contábeis foram aplicadas de forma uniforme àquelas utilizadas pela controladora e são consistentes com aquelas utilizadas no exercício anterior. Todos os saldos e transações entre as empresas foram eliminados na consolidação. As transações entre a controladora e as empresas controladas são realizadas em condições estabelecidas entre as partes. A Companhia consolida de forma integral as empresas acima, destacando a parcela de não controladores na demonstração de resultado e na mutação do patrimônio líquido.

2.5. Reapresentação das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2011 e 2010

Visando a melhoria da qualidade das informações apresentadas nas demonstrações contábeis e também a melhor comparabilidade dos saldos a Companhia efetuou os seguintes ajustes e reclassificações nos saldos de 31 de dezembro de 2011 e 2010:

- (i) Tributos e contribuições sociais diferidos: em processo de análise e conciliação dos saldos contábeis, a Companhia e suas controladas concluíram sobre a necessidade de efetuar ajustes nos saldos de impostos diferidos em 31 de dezembro de 2011 e 2010. Estes ajustes se deram em virtude da: (a) incerteza da renovação das controladas que possuem incentivos fiscais da SUDAM; (b) mudança de tributação de lucro real para presumido ou lucro presumido para lucro real.
- (ii) Reclassificação dos saldos da rubrica de caixa e equivalente de caixa para investimentos de curto prazo, por se tratar de itens cujo prazo, entre a data da emissão e o vencimento, excedem três meses.

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

2. Apresentação das demonstrações contábeis--Continuação

2.5. Reapresentação das demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2011 e 2010--Continuação

O sumário dos ajustes e reclassificações realizados em 31 de dezembro de 2011 e 2010, é apresentado como segue:

	31/12/2011					
	Controladora			Consolidado		
	Original	Ajustes	Reapresentado	Original	Ajustes	Reapresentado
Balanco patrimonial						
Caixa e equivalentes de caixa (ii)	5.901	(5.700)	201	16.688	(13.883)	2.805
Investimentos de curto prazo (ii)	-	5.700	5.700	-	13.883	13.883
Ativo circulante	377.762	-	377.762	503.074	-	503.074
Investimentos (i)	280.809	(440)	280.369	-	-	-
Ativo não circulante	960.271	(440)	959.831	1.395.371	-	1.395.371
Passivo circulante (i)	140.067	(2.615)	137.452	214.512	(3.061)	211.451
Passivo não circulante (i)	355.482	49.138	404.620	664.886	50.579	715.465
Patrimônio líquido (i)	842.484	(46.963)	795.521	842.484	(46.963)	795.521
DRE						
Lucro líquido do exercício (i)	204.314	(3.540)	200.774	204.314	(3.540)	200.774
DFC						
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais (ii)	249.929	(1.410)	248.519	239.081	(3.556)	235.525
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos (ii)	(35.084)	119	(34.965)	(398)	(203)	(601)

	31/12/2010					
	Controladora			Consolidado		
	Original	Ajustes	Reapresentado	Original	Ajustes	Reapresentado
Balanco patrimonial						
Caixa e equivalentes de caixa (ii)	4.555	(4.409)	146	11.505	(10.122)	1.383
Investimentos de curto prazo (ii)	-	4.409	4.409	-	10.122	10.122
Ativo circulante	364.495	-	364.495	463.891	-	463.891
Investimentos (i)	223.980	(2.573)	221.407	-	-	-
Ativo não circulante	918.338	(2.573)	915.765	1.335.759	-	1.335.759
Passivo circulante (ii)	172.429	(3.790)	168.639	225.508	(4.236)	221.272
Passivo não circulante (ii)	322.512	44.641	367.153	645.298	48.755	694.053
Patrimônio líquido (ii)	787.892	(43.424)	744.468	787.892	(43.424)	744.468

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis

3.1. Ativos financeiros

Reconhecimento inicial

Ativos financeiros são quaisquer ativos que sejam: caixa e equivalente de caixa, instrumento patrimonial de outra entidade, incluindo os investimentos de curto prazo, direito contratual, ou um contrato que pode ser liquidado através de títulos patrimoniais da própria entidade.

Os ativos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado; investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, empréstimos e recebíveis. Esta classificação depende da natureza e do propósito do ativo financeiro, os quais são determinados no seu reconhecimento inicial.

Os instrumentos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo acrescido dos custos diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto os instrumentos financeiros classificados na categoria de instrumentos avaliados ao valor justo por meio do resultado, para os quais os custos são registrados no resultado do exercício.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, de acordo com os seguintes critérios:

- Ativos financeiros avaliados a valor justo por meio do resultado - são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo e são apresentados no balanço patrimonial ao valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando adquiridos com a finalidade de venda ou recompra em prazo muito curto, quando fazem parte de uma carteira de instrumentos financeiros para obtenção de lucro no curto prazo ou quando são derivativos. Esses ativos são avaliados subsequentemente pelo seu valor justo com impacto no resultado no exercício.

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.1. Ativos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

- Ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis - são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não estão cotados em um mercado ativo. Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado usando o método dos juros efetivos.
- Ativos financeiros disponíveis para venda - são ativos financeiros não derivativos e que não são classificados como empréstimos e recebíveis, mantidos até o vencimento ou pelo valor justo por meio do resultado. Esses ativos são mensurados subsequentemente pelo seu valor justo através do patrimônio líquido.

3.1.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras, e são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, sendo apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

Para que uma aplicação financeira seja qualificada como equivalente de caixa, ela precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, uma aplicação financeira normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição.

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.1. Ativos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

3.1.2. Investimento de curto prazo e títulos e valores mobiliários

Os investimentos de curto prazo incluem aplicações financeiras certificados de depósitos bancários e estão classificados como disponíveis para venda e após a sua mensuração inicial, são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente na rubrica de “reserva de disponíveis para venda”, no resultado abrangente, sendo transferidos para o resultado do exercício no momento da sua realização. Os efeitos provenientes de perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários, são reconhecidos diretamente no resultado do exercício.

Os investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários são classificados como disponível para venda, em função de não terem sido constituídos com o objetivo de serem negociados no curto prazo, não terem a característica de derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, e a também pelo fato da administração da Companhia não ter a intenção de mantê-los até o vencimento.

Em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010, não houve nenhuma alteração relevante no valor justo que devesse ter sido reconhecida no patrimônio líquido.

Estão representados por investimentos com vencimento superior a três meses na data de sua aquisição são classificados na rubrica investimentos de curto prazo.

3.1.3. Contas a receber – ativo financeiro

De acordo com o ICPC 01 (IFRIC 12), as infraestruturas desenvolvidas no âmbito dos contratos de concessão não são reconhecidas como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário.

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.1. Ativos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

3.1.3. Contas a receber – ativo financeiro--Continuação

No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão e resulta no registro de um ativo financeiro, o qual é registrado ao custo amortizado.

A Companhia e suas controladas classificam os saldos de Contas a receber – ativo financeiro, como instrumentos financeiros “recebíveis”. Recebíveis são representados por instrumentos financeiros não derivativos com recebimentos fixos, e que não estão cotados em um mercado ativo. Os recebíveis são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e são ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, por ajuste para redução ao seu provável valor de recuperação ou por créditos de liquidação duvidosa.

As contas a receber - ativos financeiros foram classificadas como recebíveis e incluem os valores a receber decorrentes dos serviços de desenvolvimento de infraestrutura, da receita financeira e dos serviços de operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável.

O ativo indenizável refere-se ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. Conforme definido nos contratos a extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se os levantamentos e avaliações, bem como a determinação do montante da indenização devida à concessionária, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. A Companhia considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao Valor Novo de Reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item. Considerando as incertezas existentes hoje no mercado de energia, a Companhia estimou o valor de indenização de seus ativos com base nos seus respectivos valores de livros, sendo este o montante que a Administração entende ser o mínimo garantido pela regulamentação em vigor.

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.1. Ativos financeiros--Continuação

Mensuração subsequente--Continuação

3.1.3. Contas a receber – ativo financeiro--Continuação

Considerando que a Administração monitora de maneira constante a regulamentação do setor, em caso de mudanças que, por ventura alterem a estimativa sobre o valor de indenização dos ativos, os efeitos contábeis destas mudanças serão tratados de maneira prospectiva nas Demonstrações contábeis. No entanto, a Administração reitera seu compromisso em continuar a defender os interesses dos acionistas da Companhia na realização destes ativos, visando a maximização do retorno sobre o capital investido na concessão, dentro dos limites legais.

Com base na avaliação de recuperabilidade efetuada pela Companhia, não foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa de clientes.

3.1.4. Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros

Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (*impairment*). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro.

3.1.5. Baixa de ativos financeiros

A Companhia e suas controladas baixam seus ativos financeiros quando expiram os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa desse ativo financeiro, ou quando substancialmente todos os riscos e benefícios desse ativo financeiro são transferidos à outra entidade. Caso a Companhia e suas controladas mantenham substancialmente todos os riscos e benefícios de um ativo financeiro transferido, esse ativo financeiro é mantido nas demonstrações contábeis e um passivo é reconhecido por eventuais montantes recebidos na transação.

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Estoques

Os materiais e equipamentos em estoque são classificados no ativo circulante (almoxarifados de manutenção) e são demonstrados ao custo médio de aquisição.

3.3. Investimentos

Nas demonstrações contábeis individuais a Companhia reconhece e demonstra os investimentos em controladas através do método de equivalência patrimonial. A Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua coligada.

3.4. Intangível

3.4.1. Ágio

O ágio (goodwill) é representado pela diferença positiva entre o valor pago e/ou a pagar pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da controlada adquirida, sendo registrado como "ativo intangível", pelo seu valor de custo menos as perdas acumuladas por *impairment*, quando for o caso. As perdas por *impairment* reconhecidas sobre ágio não são revertidas. Está sujeito a amortizações periódicas, não podendo o prazo de amortização ser superior à data final do contrato de concessão.

3.5. Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos não circulantes ou de longa duração

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 2012, 2011 e 2010 não foram identificados tais eventos ou circunstâncias nas atividades da Companhia e suas controladas. Uma perda é reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo ou grupo de ativos de longa duração. O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda e (b) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa.

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.6. Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável. A despesa relativa à qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado.

O montante reconhecido como uma provisão é a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a obrigação na data do balanço, levando em conta os riscos e incertezas inerentes ao processo de estimativa do valor da obrigação.

3.6.1. Provisões para litígios

Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

3.7. Passivos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente

São quaisquer passivos que sejam obrigações contratuais (i) que determinem a entrega de caixa ou de outro ativo financeiro para outra entidade ou, ainda, (ii) que determinem uma troca de ativos ou passivos financeiros com outra entidade em condições desfavoráveis à Companhia e suas controladas. Passivos financeiros ainda incluem contratos que serão ou poderão ser liquidados com títulos patrimoniais da própria entidade.

Os passivos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado; empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de *hedge*, conforme o caso. Esta classificação depende da natureza e do propósito do passivo financeiro, os quais são determinados no seu reconhecimento inicial.

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.7. Passivos financeiros – reconhecimento inicial e mensuração subsequente--Continuação

Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures não conversíveis, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

A Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

A mensuração subsequente dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

- Empréstimos, financiamentos e debêntures: são atualizados pela variação monetária, de acordo com os índices determinados em cada contrato, incorrida até a data do balanço em adição aos juros e demais encargos contratuais, os quais são registrados em despesas financeiras, utilizando o método de taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método de taxa de juros efetivos. Todos os outros custos com empréstimos, financiamentos e debêntures são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.
- Fornecedores: inclui obrigações com fornecedores de materiais e serviços, adquiridos no curso normal dos negócios.

3.7.1. Liquidação de passivos financeiros

A Companhia liquida os passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas, ou seja, quando são liquidadas, canceladas pelo credor ou prescritas de acordo com disposições contratuais ou legislação vigente.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.8. Instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquido no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

3.9. Tributação

3.9.1. Impostos sobre a receita de transmissão

As receitas de transmissão das controladas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS) – 0,65% e 1,65%;
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - 3,00% e 7,6%;

Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

3.9.2. Correntes

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada de acordo com legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$ 240 no período base para apuração do imposto, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, exceto as controladas Lumitrans e STC que estão sob o regime de tributação pelo lucro presumido. O imposto de renda e a contribuição social correntes são reconhecidos pelo regime de competência. As antecipações ou valores passíveis de compensação são demonstrados no ativo circulante ou não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

A companhia possui incentivo fiscal aprovado pela SUDAM, que consiste na redução de 75% do imposto de renda devido, calculado com base no lucro da exploração.

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.9. Tributação--Continuação

3.9.2. Correntes--Continuação

A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações as quais a regulamentação fiscal requer interpretações e estabelece provisões quando apropriado.

3.9.3. Diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

3.10. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando se trata de recurso controlado pela Companhia decorrente de eventos passados e do qual se espera que resultem em benefícios econômicos futuros.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os outros ativos estão demonstrados pelos valores de aquisição ou de realização, quando este último for menor, e os outros passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas.

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.11. Classificação dos ativos e passivos no circulante e não circulante

Um ativo ou passivo deverá ser registrado como não circulante se o prazo remanescente do instrumento for maior do que 12 meses e não é esperado que a liquidação ocorra dentro do período de 12 meses subsequentes à data-base das demonstrações contábeis, caso contrário será registrado no circulante.

3.12. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo e os de curto prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Dessa forma, os juros embutidos nas receitas, despesas e custos associados a esses ativos e passivos são descontados com o intuito de reconhecê-los em conformidade com o regime de competência de exercícios. Posteriormente, esses juros são realocados nas linhas de despesas e receitas financeiras no resultado por meio da utilização do método da taxa efetiva de juros em relação aos fluxos de caixa contratuais.

As taxas de juros implícitas aplicadas foram determinadas com base em premissas e são consideradas estimativas contábeis. Nas datas das demonstrações contábeis a Companhia e suas controladas não possuíam ajustes a valor presente de montantes significativos.

3.13. Dividendos

Os dividendos propostos a serem pagos e fundamentados em obrigações estatutárias são registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro anual seja distribuído a título de dividendos. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete ao Conselho de Administração deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e de dividendos intermediários, que deverão estar respaldados em resultados revisados por empresa de auditoria independente, contendo projeção dos fluxos de caixa que demonstrem a viabilidade da proposta e ad-referendum da assembleia geral ordinária.

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.13. Dividendos--Continuação

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como “proposta de distribuição de dividendos adicionais” no patrimônio líquido.

A Companhia distribuiu juros a título de remuneração sobre o capital próprio, nos termos do Art. 9º parágrafo 7º da Lei nº 9.249 de 26/12/95, os quais são dedutíveis para fins fiscais e considerados parte dos dividendos obrigatórios.

3.14. Taxas regulamentares

3.14.1. Reserva Global de Reversão (RGR)

Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com finalidade de prover recursos para a reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% da RAP.

3.14.2. Programas de Eficiência Energética (PEE) – Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as transmissoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinarem, anualmente, em torno de 1,0% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas. A Companhia possui registrado no passivo circulante e não circulante a rubrica Provisão para pesquisa e desenvolvimento, na qual está registrado o valor destinado da receita, conforme período previsto para a realização dos investimentos.

3.14.3. Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a transmissão de energia elétrica é equivalente a 0,5% da RAP.

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.15. Reconhecimento da receita

A receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia e suas controladas. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização. As quantias cobradas por conta de terceiros - tais como tributos sobre vendas não são benefícios econômicos da Companhia e de suas controladas, portanto, não estão apresentadas na demonstração do resultado.

3.15.1. Receita de transmissão de Energia Elétrica

A EATE e suas controladas reconhecem a receita da prestação de serviços de transmissão em conformidade com a ICPC 01 (IFRIC 12).

O valor da receita pode ser mensurado com segurança, e os benefícios são atingidos para as atividades de transmissão de energia, uma vez que, na atividade de transmissão de energia, a receita prevista no contrato de concessão, a RAP, é realizada (recebida/auferida) pela disponibilização das instalações do sistema de transmissão e não depende da utilização da infraestrutura pelos usuários do sistema.

As receitas no período pré-operacional do negócio de transmissão de energia, quando registradas, são segregadas em:

- Receitas de desenvolvimento de infraestrutura
- Receitas de remuneração dos ativos da concessão

E no período operacional do negócio de transmissão de energia, quando registradas, são segregadas em:

- Receitas de operação e manutenção
- Receitas de remuneração dos ativos da concessão

3.15.2. Receita de juros

A receita de juros decorrente de investimento de curto prazo é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.16. Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

O resultado básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações, emissões de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações.

Para o cálculo do resultado diluído por ação, o lucro é ajustado para refletir o resultado que decorreria caso eventuais instrumentos conversíveis fossem convertidos. A Companhia não possui instrumentos que pudessem gerar diluição.

O estatuto da Companhia atribui direitos distintos às ações preferenciais e às ordinárias sobre os dividendos. Consequentemente lucro básico e o lucro diluído por ação são calculados pelo método de “duas classes”. O método de “duas classes” é uma fórmula de alocação do lucro que determina o lucro por ação preferencial e ordinária de acordo com os dividendos declarados e os direitos de participação sobre lucros não distribuídos.

3.17. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis da controladora e consolidadas da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações contábeis. Quando necessário, as estimativas basearam-se em pareceres elaborados por especialistas. A Companhia e suas controladas adotaram premissas derivadas de experiências históricas e outros fatores que entenderam como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas pela Companhia e suas controladas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.17. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas-- Continuação

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

3.17.1. *Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros*

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento de curto prazo e das projeções de longo prazo, correspondentes ao período da concessão e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia não identificou nenhum indicador, através de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado à perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos não financeiros.

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.17. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas-- Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

3.17.2. Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros, bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis e de acordo com interpretações dos regulamentos e legislações vigentes.

O julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros.

3.17.3. Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.17. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas-- Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

3.17.4. Provisão para litígios

A Companhia reconhece provisão para causas ambientais, fiscais, cíveis e trabalhistas, quando na opinião de seus assessores legais, a probabilidade de perda é provável. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações contábeis devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa e ajusta suas estimativas e premissas anualmente.

3.17.5. Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a: aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de desenvolvimento de infraestrutura, ampliação e reforços como ativo financeiro.

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.17. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas-- Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

3.17.6. Momento de reconhecimento do ativo financeiro

A Administração da Companhia e de suas controladas avaliam o momento de reconhecimento dos ativos financeiros com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo financeiro somente ocorrerão quando da prestação de serviço de desenvolvimento de infraestrutura relacionado com ampliação/melhoria/reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação do desenvolvimento de infraestrutura não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento do desenvolvimento de infraestrutura, com contrapartida de ativo financeiro.

3.17.7. Determinação da receita de remuneração do ativo financeiro e da taxa efetiva de juros

A receita de remuneração do ativo financeiro corresponde à remuneração do investimento no desenvolvimento de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, sobre o valor do investimento.

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento.

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.17. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas-- Continuação

Estimativas e premissas--Continuação

3.17.8. Determinação das receitas de desenvolvimento de infraestrutura

A EATE e as suas controladas abrangidas pelo escopo do ICPC 01 (IFRIC 12), registram o desenvolvimento de infraestrutura ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 17 (IAS 11) e CPC 30 (IAS 18). Quando a concessionária presta serviços de desenvolvimento de infraestrutura, é reconhecida a receita de desenvolvimento de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de desenvolvimento de infraestrutura prestado. Na contabilização das receitas de desenvolvimento de infraestrutura a Administração da Companhia e de suas controladas avaliam questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação de serviços de desenvolvimento de infraestrutura, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de desenvolvimento de infraestrutura mais determinadas despesas do período de desenvolvimento de infraestrutura. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de desenvolvimento de infraestrutura.

3.17.9. Determinação das receitas de operação e manutenção

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo e os respectivos custos, conforme estágio de conclusão do contrato.

3.18. Demonstrações dos fluxos de caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM n°. 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (IAS 7) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo CPC.

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

4. Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2012

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB e aprovadas pela CVM mas não estão em vigor para o exercício de 2012:

- IAS 1 Apresentação das demonstrações financeiras – A principal alteração é a separação dos outros componentes do resultado abrangente em dois grupos: os que serão realizados contra o resultado e os que permanecerão no patrimônio líquido. A alteração da norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2013 e a sua aplicação não apresentará impactos relevantes.
- IAS 19 Benefícios aos empregados (Emenda): O IASB emitiu várias emendas ao IAS 19. Tais emendas englobam desde alterações fundamentais como a remoção do mecanismo do corredor e o conceito de retornos esperados sobre ativos do plano até simples esclarecimentos sobre valorizações e desvalorizações e reformulação. Esta emenda não trará impactos para a Companhia. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas: O IFRS 10 substitui as partes do IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais que se referem ao tratamento contábil das demonstrações financeiras consolidadas. Inclui também os pontos levantados no SIC-12 Consolidação — Entidades para Fins Especiais – Envolvimento com Outras Entidades. O IFRS 10 estabelece um único modelo de consolidação baseado em controle que se aplica a todas as entidades, inclusive as entidades para fins especiais. As alterações introduzidas pelo IFRS 10 irão exigir que a administração exerça importante julgamento na determinação de quais entidades são controladas e, portanto, necessitam ser consolidadas pela controladora, em comparação com as exigências estabelecidas pelo IAS 27. Esta norma entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 11 – Acordos Conjuntos (*Joint ventures*): Investimento em coligada, em controlada e em empreendimento controlado em conjunto - Deliberação CVM nº 696 de 13 de dezembro de 2012. A norma entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2013. A adoção do CPC 18(R2) não trará impacto nas demonstrações financeiras consolidadas, uma vez que a Companhia não adota a consolidação proporcional de empreendimentos controlados em conjunto.

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

4. Pronunciamentos do IFRS ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2012--Continuação

- IFRS 12 - Divulgação de participações em outras entidades - Deliberação CVM nº 697 de 13 de dezembro de 2012. Trata das exigências de divulgação para todas as formas de participação em outras entidades, incluindo acordos conjuntos, associações, participações com fins específicos e outras participações não registradas contabilmente. A norma entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2013. A revisão desta norma não gerará impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.
- IFRS 13 - Mensuração do valor justo - Deliberação nº 699 de 20 de dezembro de 2012. O IFRS 13 se aplica quando outros pronunciamentos de IFRS exigem ou permitem mensurações ou divulgações do valor justo (e mensurações, tais como o valor justo menos custo de venda, com base no valor justo ou divulgações sobre as referidas mensurações). A norma entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2013. A revisão desta norma não gerará impacto nas demonstrações contábeis da Companhia.

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora			Consolidado		
	31/12/12	31/12/11	31/12/10	31/12/12	31/12/11	31/12/10
Caixa	4	4	6	13	12	17
Bancos - depósitos a vista	42	116	71	112	317	206
Aplicações financeiras	85	81	69	1.373	2.476	1.160
	131	201	146	1.498	2.805	1.383

6. Investimentos de curto prazo

Os investimentos de curto prazo referem-se substancialmente a certificados de depósitos bancários, correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas praticadas pelo mercado em operações financeiras semelhantes, e são considerados instrumentos financeiros disponíveis para venda. Em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010 os saldos da controladora eram de R\$ 23.078, R\$ 5.700 e R\$ 4.409 e do consolidado R\$ 25.594, R\$ 13.883 e R\$ 10.122, sendo remunerados pela variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI a taxas que variam de 98% a 101% (99% a 101% em 2011 e 98% a 101% em 2010).

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

7. Títulos e valores mobiliários

Em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010 a Companhia e suas controladas mantiveram os saldos de R\$ 12.650, R\$ 20.957 e R\$ 29.674 e em 31 de dezembro de 2010 na controladora de R\$ 22.179, referente a conta reserva vinculada ao financiamento com o BNDES. Em 2011 os empréstimos da EATE foram quitados e conseqüentemente a conta reserva foi extinta, mantendo saldo somente nas controladas.

Em 31 de dezembro de 2012 a companhia manteve no longo prazo saldo de aplicação em fundo investimento no valor de R\$ 15.452, (R\$ 14.297 em 2011 e R\$ 10.032 em 2010), destinada ao reinvestimento em projetos de infraestrutura na Amazônia Brasileira no qual está sujeito a aprovação da Agência de desenvolvimento da Amazônia (ADA).

8. Contas a receber - ativo financeiro

Os contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União – Poder Concedente e a Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A- EATE, Sistema de Transmissão Catarinense S.A – STC, Companhia Transmissora de Energia Elétrica S.A – LUMITRANS e Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. – EBTE, respectivamente, regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Companhia, onde:

- O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem os serviços devem ser prestados;
- Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de transmissão de energia elétrica das Companhias, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12) – Contratos de Concessão, a qual indica as condições para a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de transmissão de energia elétrica, abrangendo a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

8. Contas a receber - ativo financeiro--Continuação

A infraestrutura construída da atividade de transmissão que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado da EATE, STC, LUMITRANS e EBTE é, ou será, recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

- a) Parte através da Receita Anual Permitida – RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão;
- b) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa, considerando - se que esta parcela do ativo financeiro é garantida no contrato de concessão, e está incluída no modelo de fluxo de caixa, além de ser reconhecida, como premissa conservadora adotada pela Administração, pelo seu valor residual avaliada ao custo histórico.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis ainda não amortizados ou depreciados que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade dos serviços concedidos e foi determinada conforme demonstrado a seguir:

- Movimentação do ativo financeiro da concessão:

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2010	964.782	1.687.426
Receita de operação e manutenção	29.068	40.657
Receita de remuneração dos ativos da concessão	270.574	351.437
Receita de desenvolvimento de infraestrutura	-	65.767
Realização do ativo financeiro (recebimento)	(286.743)	(369.302)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	977.681	1.775.985
Receita de operação e manutenção	28.159	42.604
Receita de remuneração dos ativos da concessão	291.004	382.395
Receita de desenvolvimento de infraestrutura	-	5.145
Realização do ativo financeiro (recebimento)	(313.238)	(398.754)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	983.606	1.807.375
Contas a receber ativo financeiro - circulante	358.451	457.474
Contas a receber ativo financeiro - não circulante	625.155	1.349.901
Total circulante e não circulante	983.606	1.807.375

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

9. Impostos a recuperar

	Controladora			Consolidado		
	31/12/12	31/12/11	31/12/10	31/12/12	31/12/11	31/12/10
Imposto de renda retido na fonte	224	698	1.038	1.243	1.639	1.626
Imposto de renda - pessoa jurídica	-	3.760	-	487	5.059	573
Contribuição social sobre o lucro líquido	-	3.798	298	611	4.317	311
PIS e COFINS	-	8	8	4.486	4.743	7.129
Outros	398	2.330	-	1.403	2.695	45
	622	10.594	1.344	8.230	18.453	9.684

10. Investimentos

a) Participação no resultado e patrimônio líquido:

	31/12/12			
	STC	Lumitrans	EBTE	Total
Dados das controladas:				
Total do ativo	241.343	101.555	524.235	867.133
Total do passivo	22.761	12.766	210.729	246.256
Patrimônio líquido	218.582	88.789	313.506	620.877
Receita líquida	34.698	18.012	50.323	103.033
Lucro líquido	22.744	8.964	17.916	49.624
Quantidade de ações	162.340.000	57.576.059	263.058.339	482.974.398
Participação da EATE:				
Quantidade de ações	129.871.990	46.060.837	134.159.748	310.092.575
no capital social	80%	80%	51%	
no resultado	18.195	7.171	9.137	34.503
no patrimônio líquido	174.866	71.031	159.887	405.784

	31/12/11			
	STC	Lumitrans	EBTE	Total
Dados das controladas:				
Total do ativo	238.977	101.526	516.374	856.877
Total do passivo	118.629	57.678	224.192	400.499
Patrimônio líquido	120.348	43.848	292.182	456.378
Receita líquida	31.861	16.411	101.572	149.844
Lucro líquido	14.809	7.995	15.763	38.567
Quantidade de ações	78.340.000	30.482.700	263.058.339	371.881.039
Participação da EATE:				
Quantidade de ações	62.671.990	24.386.150	134.159.748	221.217.888
no capital social	80%	80%	51%	
no resultado	11.847	6.396	8.039	26.282
no patrimônio líquido	96.279	35.078	149.012	280.369

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

10. Investimentos--Continuação

a) Participação no resultado e patrimônio líquido--Continuação

	31/12/10			
	STC	Lumitrans	EBTE	Total
Dados das controladas:				
Total do ativo	232.607	101.064	431.130	764.801
Total do passivo	140.335	65.191	198.010	403.536
Patrimônio líquido	92.272	35.873	233.120	361.265
Receita líquida	30.515	15.429	206.288	252.232
Lucro líquido	12.226	4.300	14.350	30.876
Quantidade de ações	61.360.000	28.070.000	219.760.000	309.190.000
Participação da EATE:				
Quantidade de ações	49.087.990	22.455.990	112.077.594	183.621.574
no capital social	80%	80%	51%	
no resultado	9.781	3.440	7.318	20.539
no patrimônio líquido	73.817	28.698	118.892	221.407

b) Movimentação dos investimentos durante os exercícios apresentados:

	Controladora			
	STC	Lumitrans	EBTE	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2009	70.666	26.659	81.683	179.008
Aquisição de investimento	-	-	32.263	32.263
Resultado de equivalência patrimonial	8.428	2.856	6.684	17.968
Dividendos e juros sobre capital próprio	(5.277)	(817)	(1.738)	(7.832)
Saldos em 31 de dezembro de 2010	73.817	28.698	118.892	221.407
Aquisição de investimento	13.584	2.800	22.082	38.466
Resultado de equivalência patrimonial	11.848	6.396	8.039	26.283
Dividendos e juros sobre capital próprio	(2.970)	(2.817)	-	(5.787)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	96.279	35.077	149.013	280.369
Aquisição de investimento	67.200	33.600	-	100.800
Resultado de equivalência patrimonial	18.195	7.172	9.137	34.504
Dividendos e juros sobre capital próprio	(6.808)	(4.818)	1.737	(9.889)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	174.866	71.031	159.887	405.784

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

11. Intangível

A Companhia apresentou saldo de intangível no valor de R\$ 16.623 em 31/12/2012 (R\$ 16.916 em 31/12/2011 e R\$ 17.808 em 31/12/2010), representado substancialmente pelo ágio gerado na operação de aquisição da controlada STC no valor líquido de R\$ 7.625 (R\$ 7.935 em 31/12/2011 e R\$ 8.246 em 31/12/2010) e da controlada Lumitrans no valor líquido de R\$ 8.065 (R\$ 8.466 em 31/12/2011 e R\$ 8.866 em 31/12/2010), que tiveram como fundamento econômico a expectativa de rentabilidade futura. Esses ágios, decorrentes da concessão, são considerados como de vida útil finita e, dessa forma, passíveis de amortização durante o período remanescente do contrato de concessão daquelas controladas.

A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ativos intangíveis, não tendo sido encontradas informações através de fontes internas ou externas que resultassem em riscos de recuperação desses ativos.

12. Empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas

	Controladora					
	31/12/12				31/12/11	31/12/10
	Circulante		Não circulante		Total	
	Encargos	Principal	Principal	Total	Total	
BNDES	-	-	-	-	-	296.597
Debêntures 1ª emissão (I)	725	78.190	176.408	255.323	334.204	-
Debêntures 2ª emissão (II)	2.239	7.359	142.106	151.704	-	-
	2.964	85.549	318.514	407.027	334.204	296.597

	Consolidado					
	31/12/12				31/12/11	31/12/10
	Circulante		Não circulante		Total	
	Encargos	Principal	Principal	Total	Total	
BNDES (III)	445	13.852	142.245	156.542	295.500	513.910
BRDE	-	-	-	-	15.594	16.941
Debêntures 1ª emissão (I)	725	78.190	176.408	255.323	334.204	-
Debêntures 2ª emissão (II)	2.239	7.359	142.106	151.704	-	92.487
	3.409	99.401	460.759	563.569	645.298	623.338

- (I) Debêntures 1ª emissão: Em fevereiro de 2011 a EATE emitiu debêntures através do Banco HSBC no valor de R\$ 360.000, no mercado local, em série única, com prazo de vigência de 5 anos, serão amortizadas em 55 parcelas mensais e consecutivas, com carência de 5 meses a partir da data de emissão, e serão atualizadas pelo CDI e taxa de juros de 1,30% ao ano, com vencimento final em março de 2016.

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação

31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

12. Empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas-- Continuação

- (II) Debêntures 2ª emissão: Em outubro de 2012 a EATE emitiu debêntures através do Banco Itaú no valor de R\$ 150.000, no mercado local, em série única, com prazo de vigência de 5 anos, serão amortizadas em parcelas semestrais e consecutivas, serão atualizadas pelo CDI e taxa de juros de 0,9875% ao ano, com vencimento final em outubro de 2017.

Não foram oferecidas garantias na emissão de debêntures.

Em novembro de 2012 as controladas STC e Lumitrans encerraram seus contratos com o BNDES através da liquidação total do saldo devedor.

- (III) A EBTE possui empréstimo com o BNDES, 87% do saldo devedor é atualizado pela TJLP e juros de 2,56% ao ano, e 13% do saldo devedor através de juros de 4,5% ao ano. Os financiamentos serão pagos em 162 prestações mensais, com vencimentos finais em 2024. Em garantia foram oferecidos o penhor dos direitos emergentes da concessão, dos direitos creditórios e das ações da empresa detidas pela EATE, além da constituição de conta reserva.

Os contratos com o BNDES bem como a escritura de debêntures exigem a manutenção de certos índices financeiros e o cumprimento de outras obrigações específicas. A Administração da Companhia e de suas controladas mantêm o acompanhamento dos índices financeiros definidos em contrato. Em 31 de dezembro de 2012, todas as obrigações especificadas nos contratos foram cumpridas.

As cláusulas restritivas da EATE estão relacionadas à dívida líquida no limite de R\$ 785.366 e R\$ 875.500 para a 1ª e 2ª emissão de debêntures respectivamente, acrescido de atualização pelo IGPM. As cláusulas restritivas da controlada EBTE estão relacionadas ao Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), de no mínimo 1,30, ao longo de todo o prazo de amortização.

Os vencimentos anuais dos empréstimos e financiamentos em longo prazo são como segue:

	Controladora	Consolidado
2014	115.469	129.320
2015	115.469	129.320
2016	56.683	70.534
2017	30.893	44.744
2018 até 2025	-	86.841
	<u>318.514</u>	<u>460.759</u>

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

13. Tributos e contribuições sociais a recolher

	Controladora			Consolidado		
	31/12/12	31/12/11	31/12/10	31/12/12	31/12/11	31/12/10
		(Reapre - sentado)	(Reapre - sentado)		(Reapre - sentado)	(Reapre - sentado)
Passivo circulante						
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	10.019	10.812	6.711	10.771	13.467	7.658
PIS e COFINS	1.086	1.278	1.083	1.814	2.190	1.305
Contribuição Social - CSLL	12.942	14.942	12.165	13.242	15.520	12.329
ICMS	1.557	1.594	1.514	3.480	3.562	4.135
Outros	561	515	528	1.205	1.346	1.582
	26.165	29.141	22.001	30.512	36.085	27.009
Passivo não circulante						
IRPJ e CSLL Diferidos (a)	143.382	136.461	127.324	180.113	163.599	145.811

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos decorrem substancialmente do reconhecimento dos efeitos da adoção do ICPC 01 (IFRIC 12) e OCPC 05 – contratos de concessão, e foram mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, considerando, inclusive, o final do período de fruição do benefício fiscal.

	Controladora	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2009	114.801	125.505
Imposto diferido reconhecido no resultado	12.523	20.306
Saldos em 31 de dezembro de 2010	127.324	145.811
Imposto diferido reconhecido no resultado	9.137	17.786
Saldos em 31 de dezembro de 2011	136.461	163.597
Imposto diferido reconhecido no resultado	6.921	16.516
Saldos em 31 de dezembro de 2012	143.382	180.113

14. Provisão para compensação ambiental

Como parte do processo de licenciamento, a Companhia é obrigada a realizar investimentos em unidades de conservação, de modo a compensar o impacto ambiental causado por suas atividades. Para tanto, o IBAMA determinou o valor a ser investido e a destinação de tal investimento. O saldo, em 31 de dezembro de 2012, no valor de R\$ 7.175 (R\$ 6.655 em 31/12/2011 e R\$ 6.331 em 31/12/2010) ainda não foi destinado, pois aguardamos por parte do IBAMA, indicação do seu destino.

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

15. Taxas regulamentares

	Controladora			Consolidado		
	31/12/12	31/12/11	31/12/10	31/12/12	31/12/11	31/12/10
Quota de reserva global de reversão - RGR	762	272	833	1.571	984	1.249
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	8.855	7.555	6.099	10.145	8.484	6.665
Taxa de fiscalização - ANEEL	689	579	469	1.259	1.032	695
	10.306	8.406	7.401	12.975	10.500	8.609

16. Provisão para litígios

A Companhia discute temas, que na opinião de seus assessores legais, tem probabilidade de êxito, classificado como "possível" e diante desse pressuposto, não procedem pela companhia, a qualquer provisionamento de valores em conformidade com as normas de contabilidade adotadas, de acordo com o quadro abaixo:

	Valores envolvidos estimados			
	EATE	STC	Lumitrans	EBTE
Trabalhista	224	9	6	15
Cível	292	19	18	160
Tributário		311	-	-
Total 2012	516	339	24	175
Total 2011	331	194	1	224
Total 2010	316	32	17	201

17. Patrimônio líquido

17.1. Capital social

O capital social integralizado até 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 386.837, representado por 92.000.000 ações ordinárias e por 88.000.010 ações preferenciais, sem valor nominal.

	Controladora			
	Quantidade de ações			
	Integralizadas		% do capital	
	Ordinárias	Preferenciais	Votante	Total
Alupar Investimento S.A.	46.020.150	44.011.570	50,021902	50,017619
Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG	45.979.850	43.988.428	49,978098	49,982374
Membros do Conselho de Administração	-	12	-	0,000007
	92.000.000	88.000.010	100,000000	100,000000

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

17. Patrimônio líquido--Continuação

17.1. Capital social--Continuação

O capital social integralizado até 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 386.837, representado por 92.000.000 ações ordinárias e por 88.000.010 ações preferenciais, sem valor nominal.

As ações preferenciais não têm direito a voto e não são conversíveis em ações ordinárias. Têm direito a dividendos mínimos anuais de 10% do lucro líquido, ajustado conforme prescrito na Lei das Sociedades por Ações; têm, também, prioridade na distribuição de dividendos anuais e no reembolso de capital, em relação às ações ordinárias e direito ao recebimento de dividendos cumulativos, no exercício em que os lucros forem insuficientes.

17.2. Reserva de lucro

17.2.1. Reserva legal

A reserva legal é calculada com base em 5% do lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

17.2.2. Reserva de incentivo fiscal

A legislação do imposto de renda possibilita que empresas situadas na Região Norte do Brasil, e que atuam no setor de infraestrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimento em projeto de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o Decreto 4.212/2002.

Em atendimento à Lei nº 11.638/07 e CPC nº 07, o valor correspondente ao incentivo SUDAM apurado na vigência da Lei foi contabilizado no resultado do exercício, e posteriormente será transferido para reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis conforme previsto no artigo 545 do Regulamento do Imposto de Renda.

Diante do exposto, a Companhia EATE formalizou junto à SUDAM e obtiveram deferimento da redução do imposto de renda e adicionais de acordo com o Laudo Constitutivo nº 048/2004, em 75%. No exercício de 2012 a Companhia capitalizou incentivo fiscal no total de R\$ 31.140, (R\$ 32.118 em 2011 e R\$ 25.377 em 2010).

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

17. Patrimônio líquido--Continuação

17.2. Reserva de lucro--Continuação

17.2.3. Reserva de retenção de lucros

Conforme a modificação introduzida pela Lei nº 11.638/07, o lucro líquido do exercício deverá ser destinado de acordo com os artigos 193 e 197 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2012, o lucro remanescente, foi transferido para a conta de reserva de retenção de lucros.

17.3. Dividendos propostos

A Companhia distribuiu dividendos intermediários baseado nas Informações contábeis intermediárias de 30 de setembro de 2012, no montante de R\$ 96.411, (R\$ 48.255 em 2011), valor este superior ao dividendo mínimo exigido pelo Estatuto (25% do Lucro Líquido do exercício após a apropriação da reserva legal e reserva de incentivo fiscal).

De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, a Companhia calculou juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no exercício, no montante de R\$ 25.409 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 24.777 em 2011).

	<u>2012</u>
Lucro líquido do exercício	239.667
Constituição da reserva legal	(11.983)
Base de cálculo de dividendos	227.684
Incentivo fiscal	(33.980)
Juros sobre capital próprio	(25.409)
Dividendos intermediários	(96.411)
Reserva de lucros retidos	(42.214)
Destinação para dividendos	<u>29.670</u>

18. Partes relacionadas

A remuneração anual da Administração, incluindo Diretores e Conselho de Administração em 2012 foi o total de R\$1.456, (R\$ 1.198 em 2011 e R\$ 976 em 2010) compostos por pró-labore, encargos, benefícios e gratificação.

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

19. Receita operacional líquida

A receita operacional líquida é composta da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Receita operacional bruta	319.163	299.642	430.144	457.861
Receita de Operação e manutenção	28.159	29.068	42.604	40.657
Receita de desenvolvimento de infraestrutura	-	-	5.145	65.767
Receita de remuneração dos ativos da concessão	291.004	270.574	382.395	351.437
Deduções da receita operacional	(22.422)	(20.979)	(30.370)	(29.354)
PIS	(2.088)	(1.953)	(2.986)	(2.998)
COFINS	(9.634)	(9.014)	(13.775)	(13.828)
Quota para Reserva Global de Reversão - RGR	(7.803)	(7.301)	(9.938)	(9.158)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(2.897)	(2.711)	(3.671)	(3.370)
Receita operacional líquida	296.741	278.663	399.774	428.507

20. Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/12	31/12/11	31/12/12	31/12/11
Receitas Financeiras				
Receita de aplicações financeiras	2.701	3.572	5.091	5.814
Outros	16	2.178	48	2.186
	2.717	5.750	5.139	8.000
Despesas Financeiras				
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(30.218)	(42.189)	(55.798)	(70.560)
Varição monetária sobre empréstimos e financiamentos	-	(959)	-	(959)
Outros	(5.179)	(1.313)	(6.015)	(2.058)
	(35.397)	(44.461)	(61.813)	(73.577)
Resultado financeiro	(32.680)	(38.711)	(56.674)	(65.577)

Conforme requerido pela legislação fiscal a Companhia contabilizou como despesas financeiras, juros sobre capital próprio no montante de R\$ 25.409 em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 24.777 em 2011). Para efeito dessas demonstrações contábeis, esses juros foram eliminados das despesas financeiras do exercício e estão sendo apresentados na conta de lucros acumulados em contrapartida do passivo circulante.

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

21. Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	Controladora	
	31/12/12	31/12/11
Lucro Contábil antes do imposto de renda e contribuição social	271.161	236.021
Juros sobre capital próprio	(25.409)	(24.778)
Ajustes decorrentes do RTT (a)	(50.168)	(32.469)
Lucro Contábil antes do imposto de renda e contribuição social após ajustes RTT	195.584	178.774
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
	66.499	60.783
Variação cambial tratada por regime de caixa	-	2.659
Contas a receber de órgãos públicos não realizados	(324)	(192)
Equivalência patrimonial	(5.082)	(7.201)
Despesas indedutíveis	895	668
Variação cambial tratada por regime de competência	-	19
Outras	(233)	514
	61.755	57.250
Constituição de passivo tributário diferido	(99)	-
Incentivo Fiscal	(33.980)	(31.140)
Lei rouanet / Esporte / FIA	(1.605)	-
IR exercício anterior	(1.497)	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	24.574	26.110
Taxa Efetiva	12,56%	14,61%

a) Regime tributário de transição

A Medida Provisória 449/2008, de 3 de dezembro de 2008 convertida na Lei 11.941/09, instituiu o RTT - Regime Tributário de Transição, que tem como objetivo neutralizar os impactos dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei 11.638/07, na apuração das bases de cálculos de tributos federais.

Foram excluídos na apuração das bases de cálculos dos tributos federais da Companhia, conforme determinado no RTT, os ajustes contábeis decorrentes da aplicação dos CPC's.

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

22. Instrumentos financeiros

Os valores de mercado dos instrumentos financeiros ativos e passivos, em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010 não diferem significativamente daqueles registrados nas demonstrações contábeis.

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia não teve contratos em aberto envolvendo operações com derivativos.

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência deste, com valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, aproximam-se substancialmente de seus correspondentes valores de mercado.

a) Financiamentos

O valor contábil dos empréstimos e financiamentos tem suas taxas atreladas à variação do CDI e se aproxima do valor de mercado.

b) Gerenciamento de riscos

Os principais fatores de risco inerentes às operações da Companhia podem ser assim identificados:

- (I) *Risco de crédito* - A Companhia mantém contrato com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias e outros agentes, regulando a prestação de seus serviços vinculados à rede básica a 208 usuários, com cláusula de garantia bancária. Igualmente, a Companhia mantém contratos regulando a prestação de seus serviços nas demais instalações de transmissão – DIT e também com cláusula de garantia bancária;
- (II) *Risco de preço* - As receitas da Companhia são, nos termos do contrato de concessão, reajustadas anualmente pela ANEEL, pela variação do IGP-M;
- (III) *Risco de taxas de juros* – A atualização dos contratos de financiamento está vinculada à variação do CDI;
- (IV) *Risco de liquidez* - A principal fonte de caixa da Companhia é proveniente de suas operações, principalmente do uso do seu sistema de transmissão de energia elétrica por outras concessionárias e agentes do setor. Seu montante anual, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica e demais instalações de transmissão – DIT é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL;

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

22. Instrumentos financeiros--Continuação

b) Gerenciamento de riscos--Continuação

(V) A administração da Companhia não considera relevante sua exposição aos riscos acima e, portanto, não apresenta o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade.

c) Hierarquia do valor justo

A Companhia utiliza a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Nível I – preços cotados nos mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível II – outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente, e

Nível III – técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

No decorrer dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010, não ocorreram transferências entre avaliações de valor justo nível I e nível II, e nem transferência entre avaliações de valor justo nível III e nível II.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 a Companhia classificou como nível I os saldos de caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e títulos e valores mobiliários e como Nível II o contas a receber – ativo financeiro.

d) Valor justo

As metodologias utilizadas pela Companhia para a divulgação do valor justo foram as seguintes:

Caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo, contas a receber de concessionárias e permissionárias, títulos e valores mobiliários, ativo financeiro de concessão e fornecedores se aproximam do seu respectivo valor contábil.

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

22. Instrumentos financeiros--Continuação

d) Valor justo--Continuação

Empréstimos financiamentos e encargos de dívidas (líquidos dos custos a amortizar):

- (i) BNDES: em decorrência desse contrato ser de longo prazo, portanto, não contemplado sob o escopo do CPC 12, que preceitua que passivos dessa natureza não estão sujeitos à aplicação do conceito de valor presente por taxas diversas daquelas a que esses empréstimos e financiamentos já estão sujeitos, pelo fato do Brasil não ter um mercado consolidado para esse tipo de dívida de longo prazo, ficando a oferta de crédito restrita a apenas um ente governamental. Diante do exposto acima, a Companhia utilizou o mesmo conceito na definição do valor justo para esses empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas.
- (ii) O valor justo para as debêntures com mercado ativo não possui diferença relevante para o saldo contábil, uma vez que a variação do valor do preço unitário no mercado secundário divulgado no sítio eletrônico www.debentures.com.br é próximo ao valor contábil.

23. Benefícios a empregados

A Companhia e suas controladoras, em conjunto, oferecem aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição e plano de previdência privada, que oferece planos de complementação de aposentadoria. O plano de aposentadoria é de contribuição definida, sendo utilizado o regime financeiro de capitalização no cálculo atuarial das reservas.

24. Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens relevantes das subestações sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. - EATE

Notas explicativas às demonstrações contábeis--Continuação
31 de dezembro de 2012, 2011 e 2010
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de forma diferente)

24. Cobertura de seguros--Continuação

Os bens relevantes das subestações da Companhia estão segurados por apólice com vigência de 21 de abril de 2012 a 21 de abril de 2013, com cobertura para incêndios, queda de raio, explosão de qualquer natureza, danos elétricos, vendaval/fumaça, tumultos, greves, lock-out e atos dolosos, roubo, lucros cessantes e despesas de salvamento e contenção de sinistro. O prêmio anual montou em R\$ 193.

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

25. Compromissos assumidos

A companhia mantém contrato de prestação de serviços de operação e manutenção pelo prazo da concessão no valor mensal de R\$ 317.